

# Conversas & Controvérsias



e-ISSN: 2178-5694

Revista de Graduação e Pós-Graduação em Ciências Sociais  
Escola de Humanidades  
Departamento de Ciências Sociais e  
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais  
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

## Modalidades de carreira e formas de reconversão da militância político-partidária

*Career modalities and forms of reconversion of party political militancy*

Bergson Morais Vieira<sup>1</sup>

Wilson José Ferreira de Oliveira<sup>2</sup>

### Resumo

A sociologia política tem dedicado notória atenção aos estudos relacionados ao processo de seleção e recrutamento daqueles que formam o corpo dirigente dos partidos políticos. Esses trabalhos demonstram uma relação estreita entre posição ocupada e posse de determinantes sociais, à exemplo das origens sociais, inserção em espaços de socialização, ocupação profissional entre outros. Seguindo essa linha de estudos, o trabalho ora exposto apresenta quatro diferentes itinerários que nos permite compreender quais as formas de investimento permitem com que determinados sujeitos possam ocupar postos de liderança em partidos políticos. O universo empírico considerado no texto é formado por pessoas que ocupam postos de liderança no Partido Verde, seccional Sergipe. A estratégia teórico-metodológica adotada permitiu apreender diferentes modalidades de carreira e de reconversão de recursos variados e a compreensão dos mecanismos que transformam os diversos recursos sociais, escolares e profissionais em "trunfos" que permitem a inserção dos líderes aqui considerados aos postos de comando disponíveis no partido. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, cujas informações foram acessadas por meio de entrevistas semiestruturadas.

**Palavras-chave:** Tipos de carreira; Lideranças político-partidárias; Reconversão; Partido Verde.

### Abstract

Political sociology has devoted considerable attention to studies related to the process of selection and recruitment of those who form the governing body of political parties. These studies show a close relationship between the position occupied and the possession of social determinants, such as social origins, insertion into spaces of socialization, occupational occupation among others. Following this line of studies, the work presented here presents four different itineraries that allow us to understand which forms of investment allow certain subjects to occupy leadership positions in political parties. The empirical universe considered in the text is formed by people who hold leadership positions in the Green Party, Sergipe section. The theoretical-methodological strategy adopted allowed us to understand different career paths and reconversion of varied resources and the understanding of the mechanisms that transform the various social, scholastic and professional resources into "trumps" that allows the inclusion of the leaders considered here at the available command posts in the party. It is a qualitative research, whose information was accessed through semi-structured interviews.

**Keywords:** Career Types; political-partisan leadership; Reconversion; Green Party.

<sup>1</sup> Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Agência de fomento: CAPES. ORCID <https://orcid.org/0000-0001-6648-7411>. E-mail: [bergsonvieira@hotmail.com](mailto:bergsonvieira@hotmail.com).

<sup>2</sup> Professor Associado 3 da Universidade Federal de Sergipe (UFS), possui doutorado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). ORCID <https://orcid.org/0000-0001-8105-8885>. E-mail: [etnografia.politica@gmail.com](mailto:etnografia.politica@gmail.com).



## Introdução

Esse texto apresenta parte dos resultados de uma pesquisa mais ampla<sup>3</sup> e que trata do processo de recrutamento e seleção de líderes de partidos políticos. Os dados colhidos durante a pesquisa permitiram apreender o perfil do grupo considerado, sobretudo, no que diz respeito às origens sociais, recursos culturais e profissionais. Enfim, permitiu-nos identificar a composição social do partido político analisado. A partir dessas informações passamos a objetivar uma análise das diferentes modalidades de carreira<sup>4</sup> e de reconversão dos recursos sociais dos líderes e/ou dirigentes<sup>5</sup>, no sentido de analisar os mecanismos que transformam diferentes recursos (sociais, escolares e profissionais) em “trunfos” que permitem a inserção do grupo aos postos de comando disponíveis no partido. O universo empírico considerado no texto é formado pelos líderes do Partido Verde (PV), seccional Sergipe. São pessoas que ocupam algum tipo de função burocrática no partido, como por exemplo, a) Presidente; b) Vice-presidente; c) Secretário de Organizações; d) Secretário de Finanças; e) Secretária da Mulher; f) Secretário de Comunicação; g) Secretário de Formação; g) Secretário Jurídico; h) Secretário da Juventude; i) Secretário da Mobilização; e j) Secretário de Administração.

A partir desse recorte chegamos ao coeficiente de dez pessoas, as quais, com exceção de apenas uma<sup>6</sup>, concederam entrevistas no curso de seis meses de trabalho de campo realizado, entre outros espaços, no escritório do partido político. O método utilizado nas entrevistas foi o semiestruturado, com auxílio de um roteiro previamente elaborado. Os relatos foram compilados num banco de dados e nos serviram posteriormente para que pudéssemos identificar padrões de recrutamento/engajamento, os quais serão devidamente apresentados ao longo do presente texto.

O principal desafio desse texto assenta-se na necessidade de compreender àqueles que estão à frente do partido enquanto sujeitos imersos numa rede de relações estabelecidas ao longo de suas vidas (FILLIEULE, 2001). Isso fez com que tivéssemos que considerar os efeitos que a passagem por diferentes espaços (de socialização, de acúmulo de recursos e de inserção

---

<sup>3</sup> Dissertação de mestrado cujo título é Recrutamento e Seleção de Elites partidárias em Sergipe: o caso dos líderes do Partido Verde, defendido em 30 de agosto de 2013.

<sup>4</sup> Esse termo será empregado ao longo do texto como uma distinção do termo trajetória ligado a sociologia francesa e que sugere a existência de um capital social e cultural ligado as condições de origem ou de nascimento (BOURDIEU, 1980), enquanto que a carreira se desenvolve dentro de um grupo e diz respeito à trajetória seguida por um indivíduo no interior das organizações de trabalho incluindo tanto os empregos ocupados, como as mudanças de percepções e de sentido que os indivíduos dão à sua tarefa e que permite uma identificação com seu trabalho (BECKER, 2008).

<sup>5</sup> No texto as expressões líderes e dirigentes são usadas como sinônimos.

<sup>6</sup> O líder que ocupava, à época, a função na secretaria da mulher do partido declinou por diversas vezes a realização da entrevista. O trabalho foi concluído sem sua colaboração. Algumas das informações mais gerais como nome completo, idade, profissão, estado civil, nome de pai e mãe, formação acadêmica entre outras foram acessadas durante entrevista de companheiros seus de partido e/ou por meio de pesquisas em seus perfis nas redes sociais, em específico, *facebook* e *instagram*.

em redes) exercem sobre a ocupação de postos de liderança político-partidária. Ou seja, dentro de uma ordem de variáveis possíveis que explicam o engajamento do grupo considerado, o texto avaliou um conjunto de variáveis capazes de explicar como operam as condições de uso e de reconversão de determinados recursos enquanto formas de ocupação de postos de liderança político-partidária.

Foram considerados dois níveis de análise nesse texto: um primeiro nível pautado na categorização dos dirigentes dentro de uma ordem dos prováveis, buscando encontrar padrões e lógicas de investimentos que expliquem o acesso aos postos de destaque no PV e; um segundo nível com objetivo de identificar as retribuições que esses líderes passam a ter acesso em função da posição ocupada. Enquanto a primeira dimensão se assenta em trabalhos que lidam com a problemática das desigualdades de condições de partida em relação às posições de chegada (BOURDIEU, 1980; 2007; 2011). A segunda se insere em uma linhagem de trabalhos que consideram a passagem por instituições partidárias ou associativas como forma de potencialização dos recursos previamente disponíveis. Os trabalhos considerados e que dialogam com tais dimensões nos permitem dizer que em se tratando de pessoas inseridas em diferentes modalidades de organizações associativas e nelas ocupam postos de liderança, passam a fazer parte de redes que funcionam como “trunfos” capazes de lhes tornar possível a entrada em espaços que não seriam acessados fora desses contextos. As redes por sua natureza variada permitem a inserção em espaços não apenas profissionais ou econômicos, mas também para outras esferas sociais (GAXIE, 1977; SAINTENY, 1999; CORADINI, 1996; 2001; PETRARCA, 2007; 2008; OLIVEIRA, 2008; SEIDL, 2009).

### **Caso 1: A Política como vocação familiar ou tentativas de aquisição de um capital político?**

O caso a ser apresentado tem uma importância para o estudo em tela, na medida em que representa o recrutamento de “dirigentes-políticos”. Ou seja, de líderes que se inserem no ambiente partidário visando a possibilidade de disputar eleições. Como ponto de partida, conforme já demonstrado em outro lugar (VIEIRA, 2012), o fato de ocupar postos de comando no partido favorece a estes em momento de escolha de representantes para às eleições. Ou seja, dentro de um universo de “aspirantes” à representante do partido no pleito, o fato de ser dirigente serve de distinção entre este e os demais que são apenas filiados. Não raro, esses dirigentes são favorecidos em momentos de crise e de escolhas dos representantes da legenda. Outra questão, igualmente importante, tem a ver com o fato de que, mediante a posição ocupada dentro do partido e das exigências que essa posição requer, os líderes passam a adquirir um *savoir-faire* política, ou seja, estar no partido ocupando postos de destaque permite o acesso a uma “gramática de grupo” de modo que, tanto os saberes adquiridos quanto a posição ocupada possam ser acionados durante o pleito enquanto “trunfo” político.

O primeiro caso é o de um dirigente, atualmente com 43 anos, proveniente de uma família de políticos, tendo convivido durante sua infância e adolescência com seu avô paterno o qual exercera três mandatos de prefeito em uma cidade do interior, isso entre às décadas de 1960 e 1970. Trata-se de Simão Dias, cidade do agreste sergipano, segundo dados do IBGE/2012 com aproximadamente 38.988 mil habitantes, e classificada como uma pequena cidade. Em função desse contato (entrevistado/avô), o entrevistado se diz “herdeiro” político de seu avô, pretendendo “seguir seus passos” e “servir ao próximo como ele serviu”. Chama atenção neste caso, o fato de seu pai não ter dado continuidade a “carreira” política de seu avô, e conseqüentemente ter perdido o reconhecimento social da “herança” política da família. Não podemos tratar este ou outros casos como sendo exemplares de um “domínio familiar”, visto que poucos são os casos em que uma família controlava sozinha a política, mas em “relações de base familiar” em que prevaleciam alianças entre diferentes parentelas (CÂNEDO, 2002; CÂNDIDO, 1951; QUEIROZ, 2006; LEWIN, 1993).

Alguns autores dedicaram considerável esforço no sentido de compreender a importância da família enquanto forma de entrada na política. Apesar do vasto acervo de trabalhos sobre isso vamos nos ater nesse momento a uma questão específica, qual seja, a das lutas entre iguais, ou seja, das lutas internas desenvolvidas por membros de uma mesma família pelo reconhecimento interno e também social do capital político. A esse respeito Colussi e Diehl (2008) nos traz importantes reflexões a partir do caso envolvendo as disputas internas na família Vargas pela escolha do principal herdeiro político e como essas tensões reverberaram em rachas dentro do clã. Isso quando Getúlio Vargas e seu irmão mais velho, Viriato, disputaram internamente o “aval” do genitor e principal articulador político da família. Ocorre que nesse caso a interpretação dos autores é de que Viriato, o primogênito, foi preterido na herança política do seu pai, Manoel Vargas, pelo irmão mais novo, Getúlio Vargas, em função, sobretudo, da personalidade tida como explosiva e violenta do primogênito que à época havia assassinado uma pessoa.

Voltando ao nosso caso, o trajeto social do líder aqui considerado demonstra algumas tentativas de, por um lado, acessar os bens simbólicos advindos do reconhecimento social como herdeiro político de seu avô e, por outro lado, de alcançar seus objetivos de ocupar um cargo eletivo em sua cidade. Trataremos aqui da trajetória do Entrevistado I. Sua carreira política iniciou aos 21 anos de idade através da filiação em um partido político. Ou seja, tal como outros dirigentes do partido, não se observou em sua carreira qualquer tipo de engajamento militante, participação em movimentos estudantis que demonstrasse associação em organizações não partidárias. Sendo que seu único envolvimento é o religioso de viés kardecista, religião que segue desde os 17 anos à contragosto de sua família, diga-se de passagem.

Sua principal referência política advém mesmo do ambiente familiar. Ocorre que esse entrevistado é bisneto e neto de políticos que ocuparam em momentos diferentes o posto máximo do executivo municipal. Seu bisavô, Leopoldo Araújo de Sousa, foi prefeito por três mandatos (1930, 1935 e 1937), seu avô, Raimundo Oliveira Sousa, também conhecido na

região como “seu Raimundinho”, à exemplo do pai, também se envolvera com a política local, sendo eleito prefeito também por três vezes (1946, 1967 e 1973). Em função dessa referência “caseira”, o entrevistado apresenta sua família como uma família de “políticos natos” de modo que a política estaria “no sangue” de seus membros.

Embora não tenha conhecido seu bisavô, viveu com seu avô até os 18 anos de idade quando este “veio a desencarnar”. Para o entrevistado, o período vivido ao lado de seu avô foi de fundamental importância para sua politização e lhe permitiu a aquisição de um “entendimento da política” e de saberes que fariam parte de sua vida pública. Apesar dessa “linhagem” política bem definida, seu pai e primogênito de seu Raimundinho, não se envolveu com essa atividade, rompendo com uma “carreira” de base familiar. Diferente do que demonstramos há pouco no caso dos Vargas (COLUSSI e DIEH, 2008), não houve disputas entre seu pai e seu tio no sentido de seu genitor reivindicar o princípio da primogenitura para assim ter vantagem numa disputa interna, o que parece ter ocorrido foi mesmo um desinteresse de seu genitor pelas disputas políticas. Fato é que essa ruptura vai repercutir diretamente na carreira política de seu filho – nosso entrevistado – e a busca pelo reconhecimento social de sua “herança” política passa a ser um traço importante de sua vida. Aliás, no decorrer de sua fala o entrevistado demonstrava seu ponto de vista a respeito do não envolvimento de seu pai com a política, como diz: “meu pai não se envolveu por fraqueza, por medo”, demonstrando profundo pesar em relação ao posicionamento de seu pai.

O fato é que seu tio teria dado continuidade na “carreira” política da família, disputando e sendo eleito vereador por dois mandatos (1992 e 1996). O primeiro mandato de seu tio coincide com o momento em que o entrevistado iniciou sua carreira política. Isso levou a uma disputa entre familiares, tornando-os rivais políticos no município, fato associado à busca pelo reconhecimento dos laços familiares, ou seja, quem pode se apresentar como legítimo “herdeiro” de seu Leopoldo (bisavô) e seu “Raimundinho” (avô). A esse respeito, conforme observa Cânedo (2005), os laços familiares podem ser convertidos em capital político, porém essa conversão não se dá de maneira automática, contrário disso, a transmissão da “herança” familiar e sua reconversão em recurso político só pode obter êxito através do acionamento e reconhecimento destes laços, de modo que a sociedade possa assimilar e associar a relação entre uma família política e seus respectivos membros.

À exemplo de tantos outros sergipanos, sua vida fica marcada por um deslocamento geográfico caracterizado pela saída de sua cidade natal para a capital do Estado, Aracaju. Em seu caso a motivação foi profissional. No final da década de 1990 exercia um cargo comissionado de oficial de justiça e foi transferido para a Capital como resultado de mudanças políticas ocorridas no município. Ao que tudo indica esse deslocamento não repercutiria apenas em suas posições políticas – como veremos mais adiante –, mas também no que diz respeito a sua vida escolar, pois “passou a ter mais facilidade de estudar morando aqui”. Assim pôde dar continuidade nos estudos que haviam sido interrompido anos antes, quando concluída a educação básica em sua cidade. Dessa forma, em 2000 passou a cursar pedagogia, tendo concluído em 2004, e já no ano seguinte iniciaria uma nova etapa profissional e escolar,

caracterizada por sua entrada no mestrado em Educação. Conforme relata em um trecho da entrevista:

Vir para Aracaju foi muito importante e me permitiu avançar em meus estudos, fazer a faculdade no curso de pedagogia, profissionalmente foi muito bom também, por que passei a trabalhar na área que realmente gostava. Pense você que quando era oficial de justiça tinha que levar ofícios, intimações para as pessoas, era muito perigoso, já fui até ameaçado de morte, sabe como é (sic) essas coisas. Logo que terminei a faculdade, quis dar continuidade nos estudos, foi aí que entrei no mestrado em Educação lá na UFS [...] nessa ocasião já tinha voltado pra Simão Dias. (Entrevista I).

Em outro momento, o entrevistado destaca a importância política de sua vinda para Aracaju, sobretudo, para sua entrada no PV, em suas palavras, “foi nessa época que conheci o pessoal do PV, mas não tinha me filiado ainda, não era o que queria na época”. Apesar de ter se inserido em redes profissionais e políticas durante o período que esteve morando na Capital, sua “raiz” política estaria mesmo em Simão Dias. Ou seja, mesmo morando em Aracaju, seus objetivos políticos só poderiam se concretizar em Simão Dias, em função desta “ligação política” ele nunca perdia a oportunidade de ir passear em sua cidade natal. Por sinal, o entrevistado relata algo bastante interessante e que é com frequência veiculada na mídia local, o fato de muitos sergipanos que moram na Capital não perderem suas ligações políticas com suas respectivas cidades natais. A propósito, é comum no Estado algumas cidades possuírem o número de eleitores superior ao número de habitantes. No caso de nosso entrevistado, seus vínculos políticos iam além do exercício do voto, uma vez que disputava também eleições em Simão Dias. As várias tentativas de acessar cargo eletivo em sua cidade o levaria a “construção” de um “currículo” extenso de filiações partidárias. Como diz:

Já atuei no PMDB, que no início era MDB, meu avô foi um dos fundadores desse partido, sabe! Disputei três cargos para vereador nesse partido, depois por questão de existir uma ditadura disfarçada no partido, quer dizer, todos os partidos pregam a democracia, mas tem sempre um grupo que comanda quem vai e quem não vai disputar os cargos. Então, eu saí desse partido, né. Em consequência disso eu fui pro PHS pra disputar a eleição pra deputado estadual, em 2006, apoiando João Alves Filho e, depois disso, pra disputar a prefeitura eu fui para o PMN, agora estou no PV, espero poder representar o partido nessa eleição, mas como sabemos o sistema é bruto. (Entrevistado I).

Em outros casos a migração partidária como estratégia para disputar eleições também foram observadas. Em relação ao nosso entrevistado, após ter saído do PMN não teria entrado direto no PV, isso porque antes disso teria dado “entrada nos papéis” necessários para instituir um novo partido no Estado, o PN (Partido Nacional). A instituição desse novo partido, segundo ele, garantiria a possibilidade de dominar as “regras” e o “jogo” interno, de modo que pudesse se promover e disputar eleições “quando bem quisesse”. Foi nesta mesma ocasião que procurou o então presidente do PV, à época Carlos Pinna Júnior, o qual conheceu durante o

período em que morou em Aracaju, quando ambos trabalhavam em uma faculdade particular da cidade.

Esse contato lhe permitiu uma primeira aproximação com o PV. Assim, diante das imposições acerca da formação de um partido político, o PN, nosso entrevistado teria procurado Carlos Pinna Júnior, objetivando desta vez a possibilidade de fundar o diretório municipal tal como lhe havia sido oferecido em outra ocasião. Tanto o presidente do partido quanto outros membros aceitaram essa oportunidade e deram “carta branca” para formar o diretório em Simão Dias. Nesta cidade, o entrevistado foi designado como presidente municipal, tendo obrigatoriamente que selecionar outros membros para formar o contingente necessário. Isso ocorreu em 2007, mesmo ano em que ele seria mais uma vez convocado pelo presidente do partido para uma conversa onde lhe seria oferecido “um posto na estadual”, aceito prontamente, passaria a ocupar também a função de secretário de formação do PV estadual.

Os efeitos dessa relação com o PV foram sentidos na cidade onde mora, pois por ser uma cidade relativamente pequena todos passariam a ter conhecimento de tal filiação bem como suas pretensões futuras de se candidatar enquanto representante da agremiação no município. É pertinente destacar que, dado o fato de se tratar de uma cidade pequena, onde o espaço político é reduzido, e poucos podem ter acesso as disputas eletivas, o fato de poder disputar eleições já pode ser o diferencial, pois, não raro, grande parcela dos que pleiteiam tal participação são excluídos do “jogo” pelos “selecionadores” antes mesmo de filiar em partidos políticos. Ou seja, em se tratando de sua carreira política, o acionamento dos laços familiares e das capacidades adquiridas pelo convívio com seu avô poderia lhe trazer vantagens, de modo que o reconhecimento social desta “herança” seria convertido em “trunfo” político, na medida em que o voto deixaria de ser individual, tornando-se um voto de adesão a facções políticas distintas (CÂNEDO, 2002; 2005; PALMEIRA, 1996).

As disputas internas por conta de quem pode se apresentar como “herdeiro” de seu “Raimundinho” acabou prejudicando os anseios políticos do entrevistado, na medida em que o reconhecimento da “herança” política de seu avô recaiu sob seu tio. Em virtude disso, ainda que seja possível se filiar em outros partidos – como o fez sempre – a indicação como representante para disputar eleições dificilmente ocorreria. Neste sentido, se engajar no PV e ascender hierarquicamente no partido lhe permitiu dominar o “jogo” dos “selecionadores”, passando a disputar, desde então, campanhas políticas no município ou mesmo à nível estadual como o fez em 2010 quando concorreu para deputado estadual.

Essa modalidade de engajamento permite mostrar a importância da relação entre a busca pelo reconhecimento da herança familiar e a ocupação de postos de comando em partidos políticos, quer dizer, de pessoas que se filiam em partidos políticos objetivando exclusivamente disputar eleições. Observamos que, apesar de não ter acessado o capital político de sua família e seu reconhecimento social como “herdeiro” de seu avô, o fato de ocupar um posto de liderança no partido lhe permitiu a articulação necessária para poder disputar um posto eletivo, no sentido de que, apesar de o partido não ter sido suficiente para

o êxito eleitoral, ao menos serviu como uma “empresa” comprometida com a conquista do poder político de suas lideranças (GAXIE, 1977).

## **Caso 2: Herança familiar, inserção profissional e engajamento de lideranças partidárias.**

O presente caso transita entre o primeiro e o terceiro caso do presente texto. Nos permite acessar outra variável do recrutamento partidário, neste caso coadunando elementos que perpassam duas variáveis que se mostram importantes para nosso estudo: a relação entre herança familiar e inserção profissional. Conforme foi observado, o engajamento no PV permite ampliação das redes (sociais, profissionais) de relações, as quais também perpassam pela questão familiar, como foi demonstrado no caso anterior. Em se tratando de situações onde se é possível observar a existência de outros elementos como carreira profissional e relações familiares percebemos que o engajamento partidário pode trazer vantagem quanto à ascensão na carreira profissional. Como pressuposto basilar do que estamos afirmando aqui é pertinente destacar que a conquista de cargos e o acesso a benefícios materiais, bem como a recompensas simbólicas (prestígio, poder, honra), podem ser acessadas a partir das posições ocupadas pelas lideranças partidárias (GAXIE, 1977).

O caso a ser descrito é o do Entrevistado VII. Nascido em Brasília – DF, em 1981, ainda muito cedo teria vindo morar com seus pais em Aracaju. De origem social elevada, a relação com a política marcaria a trajetória ascendente de sua família e estaria sempre relacionada a conquistas profissionais. Seu avô materno já ocupou o posto de deputado federal durante as décadas de 1970 e 1980, fato que provocou uma mudança para a capital federal juntamente com toda sua família. Nesta ocasião, a mãe de nosso entrevistado, já adolescente, teria passado no vestibular e entrado no curso de Pedagogia pela UNB, onde mais tarde conheceria seu futuro esposo, que cursava Economia na mesma universidade. Com ele casou-se e tivera três filhos, sendo nosso entrevistado o primogênito, que cresceu em meio a um ambiente relativamente favorável à atividade cultural e política, manifestada, por um lado, pela carreira política de seu avô e, por outro, pela formação acadêmica de seus genitores.

Neto do ex-deputado federal Tertuliano Azevedo, que foi eleito nas eleições de 1978, antes mesmo de “nascer já estava na política”. Em função da posição política de seu avô, toda sua família teria ido morar na capital federal, o que marcaria a trajetória do grupo familiar e repercutiria sobre o itinerário escolar e profissional de seus membros. Naquele ambiente, caracterizado por um nível social relativamente elevado em função das atribuições profissionais de seu avô, nosso entrevistado pôde estar sempre “envolto do poder”, pois, apesar da “aposentadoria” política de seu avô, ainda conseguir nutrir “velhas amizades”, as quais lhe renderiam “favores” políticos e profissionais por bastante tempo.

Quando terminado o mandato, seu Tertuliano retornou para Aracaju, deixando sua filha, já casada e ainda terminando o curso superior de pedagogia, em Brasília. No ano seguinte, já concluído o curso superior, ela teria feito um concurso para a área que se formou.

Mas não chegou a exercer a profissão. Acontece que seu Tertuliano tinha “alguns amigos aqui em Aracaju”, e por esta razão “e por estar com saudade de sua filha e netos” consegue a transferência da mesma, além de “arranjar um emprego no Tribunal de Contas” para seu genro. Dessa forma, a mãe e o pai do entrevistado vieram morar na capital sergipana. Ficariam nesta cidade por alguns anos, pelo menos até completar 14 anos, foi quando voltou para Brasília, onde sua genitora passaria a ocupar um cargo no Senado federal. Nas palavras do entrevistado “lá ela trabalhou no RH, depois para o departamento médico, onde trabalha até hoje”. Seu pai também assumiria cargo de comissão no governo, “lá em Brasília começou no Ministério do Planejamento, depois quando veio para Aracaju passou a trabalhar no Tribunal de Contas e quando retornou ocupou seu antigo posto no Ministério do Planejamento”, onde está às vésperas da aposentadoria.

Ao que tudo indica o retorno de sua família para Brasília marcaria sua vida, no sentido de lhe inserir em ambientes onde a proximidade com a política passaria a ser constante, se inserindo em redes favoráveis ao envolvimento político-associativo. Com a mudança para a capital federal nosso entrevistado teria passado sua infância e adolescência longe de seu avô materno, importante referência política para ele e sua família. Apesar disso, destaca em vários momentos da entrevista a frequência com que seu avô ia para Brasília passear e matar a saudade da filha e dos netos. Nessas ocasiões, o entrevistado acompanhava seu avô “em encontros com ‘antigos amigos’”, adquirindo assim toda uma “gramática política” simultaneamente com uma inserção em redes de relações favoráveis a seu itinerário profissional e político. O fato é que seu avô era uma referência pra ele, não apenas política, como profissional, fato que o levaria a cursar direito, tal como seu progenitor.

Em uma das ocasiões em que seu avô foi passear em Brasília, levou-o para conhecer um amigo que era, na época, deputado federal, deixando aos cuidados deste amigo o “currículo” de seu neto. Conta que, passando-se alguns meses quando já estava “sem esperanças de ser chamado” toca o telefone, era esse amigo de seu avô o convidando para trabalhar no Congresso Federal. Conforme relata:

[...] meu avô sempre que ia nos visitar me levava ao congresso nacional, ele podia entrar lá, tinha alguns amigos ainda daquela época que foi deputado, uma vez eu tava (sic) trabalhando em um escritório imobiliário, já fazia direito já, aí ele me pediu que eu fizesse um currículo que ele daria um jeito, então ele me levou junto com ele, procurou um amigo seu aqui de Sergipe, e falou sobre mim e deixou meu currículo, mas assim, eu não tinha aquela coisa assim, bom eu não esperava, é que eu vejo um interesse muito forte na política, sabe, e como meu avô já fazia tempo que não estava envolvido com esse pessoal, não esperava mesmo que fosse chamado para o cargo, mas passado um tempo, acho que mais ou menos uns quatro meses, toca meu telefone, fiquei meio sem acreditar, mas deu certo, fui chamado para ocupar um cargo de liderança no partido, era na época o PFL, hoje DEM, na verdade, Eu não fiquei ligado a nenhum deputado, prestava serviço pro partido [...] fiquei lá por quatro anos, só sai mesmo por que eu quis, queria vim pra Aracaju [...] (Entrevistado VI).

O trecho apresentado acima ajuda entender os contornos que conduziram o líder em questão ao seu primeiro cargo por indicação política. À exemplo de sua mãe, os conhecimentos de seu avô permitiram-lhe a inserção em postos burocráticos do Estado. Nesta ocasião suas atribuições profissionais estavam ligadas ao PFL (atual DEM), onde teria como atribuições profissionais assessoria legislativa, mas como diz, não estava subordinado a nenhum deputado específico, prestava serviços para todos os deputados desta legenda. Por falar nisso, apesar de ter permanecido nesta função que estava ligada ao PFL, o entrevistado não se filia neste partido, sendo que sua primeira filiação ocorrerá mesmo no PV.

Em 2006, pediu demissão do seu cargo no Congresso Nacional, o que segundo ele o fez em função do antigo desejo de voltar para Aracaju, e neste momento, já bacharel em direito, teria a grande chance de alavancar sua carreira profissional. O fato preponderante para sua decisão foi alguns contatos feitos entre ele e um amigo seu de infância, que havia morado no mesmo prédio que ele durante o tempo em que morou em Aracaju. Tais contatos se tornaram mais frequentes em função da possibilidade desse seu amigo “arranjar” alguma coisa pra ele, trata-se do também advogado Carlos Pinna Júnior, na época presidente do PV. Pinna Júnior é filho de Carlos Pinna de Assis, presidente do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, quando seu pai assumiu esse posto Pinna Junior passou a oferecer a oportunidade de o entrevistado vir para Aracaju e trabalhar no Tribunal de Contas.

Assim que chegou à cidade já iniciaria seu trabalho no Tribunal de Contas, lá assumiria a função de assessor jurídico, portanto, “passaria a exercer a função que havia me formado para exercer”. Além das atribuições profissionais conquistadas neste espaço, também passaria a manter contato diário com Pinna Junior, que se tornaria seu colega de trabalho. Certamente, este contato diário com esse agente seria a explicação de sua entrada no PV. Pois era constantemente sondado sobre tal possibilidade, até que ainda em 2006, se filia ao PV. Nesse mesmo ano, seria também designado como Secretário da Juventude do partido, função esta que exerce até hoje.

### **Caso 3: “Políticos por formação”: Excelência profissional e engajamento partidário.**

A presente modalidade objetiva avaliar em que medida as categorias profissionais compõem as bases de recursos dos que “chegam” aos postos de comando no partido e como essas categorias se combinam com outros recursos (adquiridos ou herdados) ao longo do trajeto social. Para isso, um caso foi considerado entre os entrevistados isso por nos permitir, através de sua história de vida, a compreensão de como operam as redes de relações quando em se tratando de pessoas possuidoras de elevado capital profissional.

O presente tópico apresenta o caso da associação e reconversão característica daqueles que fizeram carreira profissional ascendente, tornando-se profissionais reconhecidos no

“mercado” ao passo em que essa carreira profissional lhes permite um “bom” acúmulo de recursos econômicos e a inserção em espaços de “poder”. Esse perfil de dirigente é fundamental para a ascensão do partido dentro da conjuntura local e permite, entre outras coisas, a “promoção” do partido antes e durante o “tempo da política”. Não raro, se tornam o “homem de frente” do partido, aquele que vai à mídia, negocia alianças com líderes de outros partidos, já que os conhece e também é reconhecido, busca apoio econômico nas “altas rodas” e, além disso, eleva o partido à condição de igualdade frente às disputas eleitorais.

O caso a ser apresentado é o de um dirigente, atualmente com 72 anos de idade. Filho de militar da marinha e de mãe dona de casa, natural de Ceara Mirim, Rio Grande do Norte, vivenciou em sua infância algumas das consequências da Segunda Guerra Mundial, uma das lembranças mais marcantes de sua infância é o fato de não poder “acender as luzes à noite”, ocorre que Natal-RN se tornaria, naquela época, uma das bases militares dos EUA e um possível alvo das tropas nazistas. Outro fato que marcaria sua infância neste Estado também está relacionado à segunda guerra mundial. Ocorre que seu pai, militar da marinha, havia sido convocado para a guerra, como moravam no interior, em uma chácara onde não havia sequer rádio e não chegava correspondência, seu pai não foi informado de tal recrutamento. Quando retornou ao serviço militar algum tempo depois, isso já na capital, ao se apresentar ao quartel foi imediatamente preso. O entrevistado relata que nesta ocasião estavam, sua mãe, irmãos e ele a esperar fora do quartel quando um oficial veio comunicar-lhes do ocorrido. Preso, seu pai foi julgado e condenado pela corte marcial, tendo que ficar detido no quartel por um ano e meio. Esse episódio causaria em sua família uma grande perda financeira, acontece que seu pai era o único responsável pelo provimento do lar, assim, aponta que daquele momento em diante sua vida teria passado por muita dificuldade junto a sua mãe e irmã. Ainda segundo relato, tal episódio de “injustiça” seria também decisivo para o desenvolvimento de seu principal objetivo profissional, qual seja o de se tornar advogado, pois “não queria que algo desse tipo acontecesse com outros pais de família”.

Depois de ocorrido esse episódio com seu pai, a família mudou de cidade e também de Estado, indo morar, no início da década da década de 1950, no Rio de Janeiro. Nesta cidade viveu boa parte de sua infância e início da adolescência. Por incentivo de seu pai, se dedicou aos estudos e apesar de seu pai não ter concluído o segundo grau, relata que se tratava de um homem culto, de estirpe e “de uma sabedoria incrível”, sempre acompanhava seus estudos e de seu irmão e irmã. No Rio de Janeiro passou a estudar em um colégio interno, bastante exigente. Recorda de dona Maria Josefa, professora e que se tornaria uma boa amiga, que lhe ajudava em momentos difíceis e que conversava com ele e seus colegas sobre política e sobre “coisas da vida”. Segundo o entrevistado, este teria sido os primeiros contatos com a política, já que em casa “não se falava no assunto”. Por conta disso, atribui a passagem pela educação básica uma referência que lhe teria trazido o “gosto” pela política, o que vai em encontro com toda uma literatura sociológica que demonstra uma ligação entre formação escolar básica (universo escolar) e a aquisição de competências políticas (GAXIE, 1978).

Aos 16 anos de idade, agora já morando na Bahia, seu pai o matriculou em outro colégio interno, como diz em sua fala, a formação rígida foi uma marca de sua vida escolar, seja por parte da escola ou das cobranças de seu pai. O fato é que nesta escola passaria a se envolver mais com a política estudantil, relata que quando era seminarista passou a participar de campeonatos de oratória na escola, sendo campeão por duas vezes. O que lhe inseriu no universo político da escola onde estudava, foi também nesta mesma época que foi eleito presidente do grêmio estudantil. Chegando a ocupar posteriormente o posto de diretor de Cultura da Associação baiana de Estudantes Secundaristas. O que o levaria a participar de passeatas de apoio aos estudantes e de protestos pela rua, em uma ocasião conta que conseguiu reunir mais de cinco mil pessoas em uma única passeata.

Terminado a educação básica em fins dos anos de 1950, conseguiu entrar logo em seguida no curso superior. Tal como havia prometido ao seu pai, no início dos anos 1960 iniciou o curso de Direito pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). O comprometimento demonstrado na educação básica foi também observado na carreira acadêmica. Fato que lhe rendeu a oportunidade de advogar “mesmo antes de se formar”. Segundo ele, a “boa” formação que estava tendo e as oportunidades que lhe surgia por morar em uma cidade pequena, permitiu essa possibilidade. Conta que na cidade que morava havia só três advogados, então foi chamado para ser advogado, antes mesmo de se formar. Logo que terminou o curso superior fez concurso para o Procurador da República, tendo sido aprovado em primeiro lugar, mas não assumiu por ainda não possuir o tempo mínimo de experiência para assumir o cargo, mas mesmo assim assume em função dos serviços prestados mesmo antes de se formar. Conta que o trabalho como Procurador da República teria lhe trazido considerável ascensão econômica. Sua carreira profissional além de recursos econômicos também trouxe a necessidade de mudanças constantes de cidade, em uma dessas mudanças foi designado para São Paulo. Lá iniciou mais uma etapa de seu itinerário acadêmico, foi quando se matriculou no mestrado em Direito Criminalista pela USP.

Sua carreira profissional seria o *link* que o traria para Aracaju, como diz: “vim para Aracaju para substituir um procurador da república, amigo meu, nesta ocasião vim pra ficar apenas 60 dias, mas se apaixonou pela cidade de modo que nunca mais saí daqui”. Assim, consegue transferência para trabalhar nesta cidade. Iniciando uma carreira profissional ascendente e que, em alguns momentos o levaria a inserção na política, passando a nutrir um “sonho de ser constituinte”.

Quando chegou em Aracaju, em pleno auge da ditadura militar, passou a militar no MDB. Nesse partido teria ganhado projeção e disputado algumas eleições. Essa projeção no partido e na política local tornou-se mais acentuada quando, em uma ocasião teria participado de um famoso caso jurídico do Estado, pois defendeu “Chico de Miguel”<sup>7</sup>, em função disso,

---

<sup>7</sup> Esse é um famoso caso de crime político do Estado. O comerciante Francisco Teles de Mendonça, também conhecido como “Chico de Miguel”, era um importante cabo eleitoral do udenista Euclides Paes Mendonça, quando este e seu filho foram assassinados, fato este ocorrido em agosto de 1963. Ocorre que, uma conhecida “rixa” comercial e política entre Euclides e Manuel Francisco Teles (PSD), teria

ganharia ali um importante aliado político além de projeção profissional, pois sua “vitória em uma derrota quase certa” lhe fez se tornar um advogado famoso no Estado. Segundo seu relato:

Meu partido na época, o MDB, eu tinha feito um júri aqui no Estado, famoso, defendi “Chico de Miguel”, quando acabou o julgamento, ele me chamou e disse como eu não tinha cobrado nada ia me ajudar a ser eleito. Segundo ele eu seria com certeza eleito senador na próxima campanha. Mesmo com sua ajuda, o MDB tinha feito alguns acordos e resolveram me ‘segurar’ um pouco, para que eu pudesse me candidatar à deputado. Nessa ocasião eu disse que não tinha condições na época, e o partido disse que ia me ajudar, bom eu confiei, né. Mas, pra você ter uma ideia, no decorrer da campanha o MDB me deu cinco mil cartazes para a campanha à deputado, enquanto um candidato para vereador gastava cerca de cinquenta mil cartazes em Aracaju. Quer dizer, fui candidato com a derrota certa. Esta seria uma boa oportunidade de assumir um posto legislativo estadual, mas infelizmente, a oportunidade fugiu de minhas mãos. Não culpo o “Chico” por isso, ele fez a parte dele, era um homem de palavra, mas tem coisas que não estavam em suas mãos. (Entrevistado II)

Em 1978, durante o governo de Augusto Franco, trabalhou como Secretário do Estado da Administração, tendo permanecido nessa função por onze meses. Como diz: “Augusto queria me eleger deputado, mas me pedia que eu nada falasse, nada fizesse, precisava naquela época de um homem com sabedoria suficiente para guiar os ‘burros’”, se referindo ao grupo que lhe cercava. Durante o governo de Valadares foi nomeado secretário do Estado, “ele criou a secretaria de Estado para Assuntos Parlamentares”. Em função desta ligação com Valadares, teria sido um dos juristas escolhidos para escrever o anteprojeto da Constituição do Estado de Sergipe, como diz: “entreguei a ele e ele entregou à assembleia legislativa”.

Em 1988, foi também indicado para a vaga de Diretor Jurídico e, depois para Diretor Administrativo, ambos na Assembleia Legislativa. Segundo ele, dois convites inusitados. O primeiro foi feito por Antônio Passos, quando este foi pessoalmente em sua casa e disse que havia assumido a presidência da assembleia e que precisava de alguém no departamento jurídico. Como diz: “Bom, ele chegou em minha casa e disse pra mim: eu quero alguém no departamento jurídico, alguém que eu confie”. O segundo cargo citado foi por convite de Antônio Carlos Franco, permanecendo nesse cargo por um ano e meio. Esse conjunto de cargos não eletivos demonstra a influência e sua circulação nas “altas rodas” políticas do

---

motivado o assassinato. Esse duplo assassinato incomodaria os udenistas de Itabaiana, agora sob o comando de “Chico de Miguel”. Em 1967, Manuel Teles foi assassinado por um pistoleiro conhecido como Antônio Letreiro, e “Chico de Miguel” foi considerado suspeito de ter encomendado sua morte, fato que o faria perder o mandato de Deputado, além de ter sido preso pelo exército, que o entregou à justiça comum. “Levado a júri, depois de três anos de cadeia, foi absolvido”. As informações sobre a história de “Chico de Miguel” foram colhidas no sítio eletrônico: [http://www.itabaianase.com.br/mais\\_noticias.php?gerais\\_id=866](http://www.itabaianase.com.br/mais_noticias.php?gerais_id=866). Visualizado em: 13/08/2013 às 15:44.

Estado. Estes contatos lhes favoreceram quanto a ocupação de cargos também eletivos, exemplo disso foi sua eleição para vereador de Aracaju, em 1992, enquanto filiado ao PDT.

Segundo o entrevistado, a vitória nas urnas lhe rendeu nada mais que um profundo “desapontamento” com o “poder”. Conta ainda que nos quatro anos em que esteve na Câmara de Vereadores não conseguiu aprovar nenhum projeto, nenhuma lei. Percebeu que os “conchavos existentes no meio político impedem” com que àqueles de boa vontade consigam executar um bom trabalho”. De todo modo, não viu este como um “bom” momento de sua vida, percebeu, na prática, que não teria “nascido para isso”, como diz: “não sou demagogo o suficiente, não sou falso, não sei agradar ou beijar no rosto das pessoas só pra ganhar voto”. Em função disso, depois de terminado seu mandato resolveu não se candidatar novamente. Para não sair de vez da política mudou-se de partido, passando a militar no PMDB, seria uma espécie de retorno ao MDB, partido que teria marcado sua vinda para Aracaju, todavia, desta vez sua filiação não duraria muito, pois entraria em desavenças com o grupo *dos Franco*, grupo este que comandava o partido no Estado.

Sua carreira política esteve sempre relacionada à sua carreira jurídica, de modo que uma não estava dissociada da outra. Na verdade, sua atividade profissional lhe permitiu a inserção no universo político, frequentar lugares, desenvolver amizade com pessoas influentes da política local, como por exemplo, membros da família Franco, do grupo de João Alves, entre outros. Dado o fato de ser um dos advogados mais conhecidos da região e sócio majoritário de um dos principais escritórios jurídicos do Estado, que também leva seu nome. Seu reconhecimento social e profissional o levaria a ocupação de mais um posto profissional, pois iniciaria sua carreira na área da educação.

A carreira na educação o levou ao ensino superior, lecionando disciplinas relacionadas ao seu espaço de trabalho. Passou a combinar em suas aulas competências adquiridas na academia (com sua pós-graduação, por exemplo), e os saberes adquiridos com a vivência de mais de 44 anos como advogado criminalista, vivenciando na prática todas as nuances de um tribunal do júri. Por essa inserção também na profissão de professor universitário, não raro, se apresenta como jurista e professor. Sua carreira acadêmica ocorre em simultâneo com a atividade de jurista. Por falar nisso, seu retorno à atividade política tem muito a ver com essa segunda profissão, pois ministra aula de Ciência Política e relata que em uma ocasião um de seus alunos o teria indagado sobre qual partido estava filiado, o que o levaria a refletir sobre sua posição em relação à política e passaria a pensar em seu retorno. Segundo o mesmo:

[...] foram meus alunos, meus alunos de ciência política. Eu cobrava deles participação na vida pública. Lembro que um dia, um aluno meu me perguntou qual partido eu estava filiado, eu respondi que em nenhum, ele sem demora respondeu-me: então que autoridades tem de nos cobrar filiação partidária. Chegando em casa, procurei minha mulher e falei o acontecido, ela disse então por que não procura um partido. Confesso que este momento voltei a pensar em voltar para a política, mas aquela lembrança ainda me perseguia [...] (Entrevistado II)

O relato acima permite avaliar a importância que sua carreira como professor tem sobre sua voltar à política. Passaria, por um bom tempo a pensar em tal possibilidade, porém, não via “um partido que pudesse lhe trazer tal oportunidade”, quer dizer, oportunidade de se “envolver em um ideal, defender uma bandeira”, mas sem necessariamente ter de disputar cargo eletivo. Essa questão implica em uma questão bastante importante a respeito do ponto de vista do agente sobre sua vida política. Se a experiência como legislador não tinha sido de grande importância para sua vida, suas atribuições burocráticas assumidas em função de seu conhecimento político, lhe traz certo orgulho. Durante a entrevista e em conversas não formais, demonstrava o quão importante foi para ele se envolver daquele modo com a política, como diz: “ser chamado pra trabalhar em cargos burocráticos como trabalhei era uma forma deles me dizerem assim olha, você é um excelente profissional, é o melhor e por isso quero você ao meu lado”. Em consequência desse conjunto de relações proporcionadas por sua carreira política e profissional ascendente, é possível dizer que estamos lidando com um agente dotado de prestígio social, o que lhe permite o reconhecimento entre o meio político do Estado. E, mais tarde a aproximação com o pessoal do PV. Sobretudo, o desenvolvimento de uma amizade com o então presidente (Entrevistado V<sup>8</sup>) do partido, fato este que, conforme já demonstrado em outro momento, o agente em questão passaria a ser sondado por lideranças do partido, no sentido de se filiar ao mesmo. Até que em 2008, em face de uma constante insistência filiou-se no PV.

Debater esse caso em particular nos permite perceber a compilação de diversos fatores sobre os pontos de chegada aos postos de liderança no PV. Diferente de vários outros líderes desse partido, o entrevistado em questão possui o que podemos chamar de capital político, acumulado ao longo de sua vida através da ocupação de cargos públicos e eletivos (comissionado na secretaria municipal, bem como o cargo de vereador da capital), além de ter participado em sua adolescência de grêmios estudantis.

Apesar de seu notório capital político, não podemos desprezar outros elementos que igualmente parecem ter sido importantes para a entrada no partido. É o caso da posição profissional e social que ocupa. Considerando que as posições políticas resultam da associação entre recursos profissionais e sociais, é possível dizer que neste caso lidamos com um exemplo em que a compilação de diferentes recursos (social e político), somados a uma trajetória profissional ascendente – representado aqui pela carreira de jurista, de professor universitário e de burocrata do Estado – nos permite entender o lugar que ocupa dentro do partido. Isto é, tanto a trajetória social e profissional quanto o capital político detido por ele permitem entender o convite a fazer parte do partido, bem como a oportunidade de ocupar o posto de vice-presidente assim que se filiou.

Ocorre que, essa forma de recrutamento eleva o partido e permite aos membros uma projeção no espaço político local. Sobre essa questão, o fato desse entrevistado possuir capital

---

<sup>8</sup> Trata-se de um homem, 52 anos, Superior Completo (Engenharia Civil), servidor concursado do Fisco Estadual, a entrevista foi realizada em março de 2012.

social elevado o torna sempre uma referência externa do partido e isso pôde ser observado nas eleições de 2012, quando o partido concorreu, em chapa própria, para o cargo do executivo municipal, e o entrevistado assumiu a candidatura como vice-prefeito, junto com o então presidente do partido, Reynaldo Nunes, que encabeçou a chapa na função de candidato à prefeito. Esse episódio também se mostrou salutar na medida que nos permitiu compreender que, mesmo se tratando de um partido sem muita influência dentro do “jogo” político local, as posições de poder disponíveis às suas lideranças são reservadas a membros que podem também estar trazendo “vantagens” para o partido.

Os dois últimos casos aqui tratados representam uma modalidade de engajamento cuja base principal reside nas profissionais e, como visto, do acionamento de redes de relações que permitem a conversão desse recurso em posição no interior do partido. Como visto, embora a atividade profissional tenha se consolidado como importante recurso, sua eficiência só foi possível mediante a conjugação de outros recursos que serviram de justificativa para a ocupação dos postos disponíveis no partido. Em relação às categorias profissionais, observamos na trajetória dos dois casos apresentados duas modalidades de reconversão. Enquanto no primeiro caso observamos que apesar de a profissão estar no bojo de sua entrada no partido, esse engajamento se mostrou imprescindível para o início de sua carreira, e significou a possibilidade não apenas de ampliação de suas redes, mas de ascensão profissional. Já no segundo caso, observamos que a entrada no partido resultou de sua carreira profissional ascendente, pelo fato de ter sido essa visibilidade profissional quem lhe possibilitou a entrada em espaços que potencializaria seu capital social e político. Consequentemente, sua carreira política e profissional se tornaram uma espécie de “trunfo” para o partido, na medida em que o tornaria uma das principais referências do partido no Estado.

A comparação entre essas duas carreiras nos permite avaliar por que esses líderes obtiveram rendimentos desiguais em posse dos mesmos recursos (BOURDIEU, 1980). A esse respeito, conforme argumenta Gaxie (1977), a probabilidade de líderes partidários converterem às posições que ocupam dentro do partido em posições profissionais depende, de um lado, da posição hierárquica que ocupa no partido e, por conseguinte, da posição social que ocupa e da estrutura de recursos sociais que dispõe. Portanto, a partir desses dois casos é possível dizer que a posição ocupada no partido reflete, por um lado, às estruturas sociais das quais esses atores advêm e, por outro, as retribuições materiais que este partido pode trazer aos seus dirigentes depende da posição social que este ocupa.

#### **Caso 4: “Ser engajado é ser militante”: O ativismo real e partidário dos dirigentes do PV.**

Nem todos que se engajam em partidos políticos objetivam acesso às disputas eleitorais, nem tampouco, às retribuições materiais que o partido pode dispor. Este tópico

representa um quarto caso de recrutamento observado, trata-se de dirigentes que associam o ativismo militante ao engajamento político-partidário. Para estes líderes há uma necessidade de estar envolvido com organizações que lhe possibilitem a inserção em um ambiente que lhe traga a satisfação de defender ideias, de ter um compromisso, de modo que o partido se torna um ambiente de socialização e de inserção em grupos de amigos dispostos à falar de assuntos referentes à política e ao partido (GAXIE, 1977).

O Entrevistado III se insere neste perfil de dirigente partidário, atualmente com 58 anos, aposentado da Petrobrás como técnico em manutenção e também dono de um pequeno negócio no ramo de serigrafia, vem de uma família cujo pai era agricultor e mãe dona de casa, ambos com baixa escolaridade, cursaram apenas o primeiro ano primário. Natural de Neopolís-SE, foi criado em Brejo Grande, outra cidade do interior do Estado, onde teria passado boa parte da infância e início da adolescência, fato que impossibilitaria sua entrada na escola em idade compatível. Iniciando seus estudos apenas aos 11 anos de idade e só conseguiu dar continuidade aos estudos após ter ido morar em Aracaju com suas irmãs na casa de sua tia materna, dona Esmeralda, no bairro São José. Ali ficou morando por dois anos, até que alugou uma casa na Rua Riachão, localizada no centro da cidade.

A escolha do endereço de sua nova morada se deve mesmo aos estudos, ocorre que a esse mesmo tempo iniciou o curso de eletrotécnica pelo SENAI na Rua Propriá, também no centro da cidade. Então passou a mesclar a escola básica com o curso técnico. Tendo concluído o primeiro grau no colégio dos “Capuchinhos”, e logo depois fez exame e conseguiu entrar no colégio Presidente Vargas, tendo concluído o segundo grau no colégio Ateneu. Simultâneo ao término do curso técnico passou em um concurso da Petrobrás.

Em 1979 tentou pela primeira vez carreira acadêmica, iniciando no ano seguinte o curso de economia por uma faculdade particular da cidade. Conta que após quatro períodos de estudo teve que trancar. Em outro momento de sua vida, tentaria novamente a entrada na “vida acadêmica”, passando no vestibular para o curso de História pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), porém, à exemplo do que ocorreu no primeiro curso, também não conseguiu concluir a licenciatura. Como diz:

Parei por conta do meu trabalho, é que foi assim, por que na Petrobras pro meu tipo de trabalho eu tinha que ficar viajando, né. Assim, eu trabalhava na sonda, então ia pra lá e pra cá, até que fui transferido para alagoas, lá fiquei por dois anos, ai perdi o estímulo nos estudos né...só voltei mesmo em 1989 quando passei no vestibular da UFS, em história, mas também não dei continuidade, logo no primeiro ano tranquei, ainda por causa do trabalho. (Entrevistado III).

Como visto as atribuições profissionais interfeririam na sua carreira escolar, fazendo-o abandonar por duas vezes o curso superior. O fato é que passaria sua vida se dedicando a esse trabalho e não conseguiu encontrar tempo para outras atividades. Em relação a sua atividade política diz que acompanhava notícias pelos jornais e TV, porém nunca se filiou em nenhum partido, a única experiência sua ou de um parente próximo com a política foi quando tinha 12

anos e seu irmão se elegeu vereador em Brejo Grande. A carreira política de sua família parece mesmo ter sido curta, conta que na eleição seguinte seu outro irmão também disputou as eleições daquele mesmo município, mas “os dois disputaram praticamente os mesmo votos, então os dois acabaram perdendo”.

Sempre nutriu a vontade de participar de algo relacionado à política, pelo que relatou via na política uma forma de estar “ligado as coisas que interferem em sua vida”. Quando questionado a respeito dos motivos que o levaram a se engajar no PV destacou a importância dos saberes sobre ecologia adquiridos no período em que trabalhara na Petrobrás, foi quando a empresa estava se adaptando aos padrões internacionais de excelência (ISO 9000 e ISO 9002), e entre os critérios para isso contavam os cuidados com o meio ambiente. Conforme relata:

**Pergunta: O que te levou entrar no PV?** Foi no meu trabalho na Petrobrás que comecei a ter acesso às informações sobre o meio ambiente e aos problemas da natureza. É que a Petrobrás começou a entrar nos padrões internacionais, ISO 9000, ISO 9002, aí nós começamos a implantar redes de distribuição de gás, começamos implantar a ISO 9000, e uma das questões que mais são levadas em consideração é o cuidado com o meio ambiente, sabe. É tanto que existe até uma sigla, segurança, meio ambiente e saúde. Por que, a gente tem que ter segurança pra trabalhar, tem que ter o cuidado com o meio ambiente [...] aí, eu acabei me engajando bem nesta questão da defesa do meio ambiente, sabe. Eu era, na época supervisor, então tinha que repassar tudo bem direitinho, então comecei a procurar coisas sobre o PV. Na verdade, eu sempre gostei do PV, aquela coisa do movimento ecológico, defesa do meio ambiente, então eu vi que tinha muito a ver com o que eu fazia no meu trabalho [...] então, eu fiz assim, comecei a ver outros partidos, ver partidos pra me filiar, acho que isso foi em 2005, pra você ter uma ideia, antes de 2004 eu não tinha nada a ver com política partidária [...] o PV é diferente dos outros partidos, nós temos uma ideologia clara que agrega valores constantes, sabe. Temos nossa própria causa uma ideologia clara. Então isso era o que eu precisava. (Entrevistado III).

Por conta disso, acabaria se envolvendo com o PV, ao contrário de outros líderes que são indicados aos postos em função de laços prévios de amizade e de conhecimento, esse caso se apresenta como sendo fora do padrão, na medida em que ele mesmo foi procurar o partido. Procurou primeiro o diretório do partido, fez uma pesquisa na internet, para encontrar contatos, depois passou a estabelecer contatos frequentes com algumas das lideranças do partido. Passaria a frequentar reuniões, assumir atribuições. A esse respeito, na ocasião do primeiro contato entre pesquisador/pesquisado o ponto de encontro foi no diretório do partido, que ficava à época na Avenida Barão de Maruim. Na ocasião pude vê-lo arrumando papéis, organizando a sede e limpando a sala principal. Em vários momentos em que o pesquisador pôde participar de reuniões o entrevistado em questão esteve presente em todas. Normalmente, é ele quem edita a ata da reunião. Seu *viés* ideológico pode ser perfeitamente observado no relato a seguir:

Sua entrega “às coisas do partido” pode ser observada na aquisição da gramática política do partido, passaria a estudar à fundo às normas e as diretrizes da agremiação. Para este, mais do que para outros líderes do partido, a aquisição de competências e saberes práticos da atividade política foram adquiridos no convívio com os demais líderes. De modo que o PV se tornaria um importante espaço de socialização política.

O perfil deste líder ilustra bem uma característica comum aos membros do PV que é a baixa interiorização de práticas políticas tidas como profissionais e, portanto, adquiridas por passagem em outros partidos, movimentos sociais ou mesmo por cargos eletivos. Segundo Sainteny, Blondiaux e Courty (1990), em seu trabalho sobre a “elite verde” francesa, trata-se de um grupo desprovido de propriedades sociais geralmente considerados como sendo favoráveis ao desenvolvimento político. Esse baixo coeficiente de poder social e político se refletem no baixo reconhecimento da autoridade social e política “dos verdes”, na França.

## Considerações finais

O presente trabalho teve por objetivo compreender o líder partidário enquanto sujeito imerso numa rede de relações estabelecida ao longo de sua vida. Esse objetivo trouxe como implicação mais geral termos que considerar uma dupla assertiva: primeiro que determinantes sociais exercem força sobre a chegada aos postos de liderança disponíveis no partido, e a segunda que a ocupação destas posições permite com que esses líderes se insiram em espaços favoráveis a sua ascensão política e social. Ou seja, a dificuldade principal desse estudo pousou sobre a necessidade de ter de considerar o líder enquanto um sujeito imerso num conjunto de situações e em trânsito constante em diferentes espaços.

Para operacionalizar metodologicamente esse objetivo a estratégia utilizada foi a de apresentar/comparar diferentes tipos de carreira que conduzem os sujeitos considerados aos postos de comando disponíveis pelo partido. Essa estratégia analítica baseada na apresentação de quatro padrões de recrutamento/seleção permitiu avaliar de que maneira a conjugação de diferentes recursos (sociais, culturais e profissionais) define as posições de destaque no partido. O texto demonstrou que lidamos com um universo empírico não apenas heterogêneo, mas singular. Os dados analisados nos permitiram perceber que os líderes que compõem o PV se assemelham a outras elites partidárias, sobretudo, no que se refere às origens familiares e categorias profissionais (RODRIGUES, 2009). Todavia, o estudo também demonstrou que estamos lidando com um grupo bastante singular, no sentido de serem desprovidos do que poderíamos chamar de capital político e militante (recursos imprescindíveis e que parecem operar como “trunfos” para ascensão em diversos espaços políticos). Não obstante a essas “ausências”, o estudo revelou que o grupo dispõe de atributos igualmente importantes para o espaço político, é o caso do elevado capital social e cultural, os quais se constituem como

importantes mecanismos de distinção e que permitem a inserção em redes de relação favoráveis, e a ocupação de postos profissionais relacionados à saberes políticos .

Por fim, ao avaliar os motivos que levam os líderes aqui considerados a ocupar os postos de liderança no partido evidenciou-se a importância das redes em que estão inseridos. Seria como se esse recurso substituísse recursos valorizados no espaço político, à exemplo do capital político, econômico, social e cultural. Enfim, demonstramos ao longo do texto que as posições de liderança acessadas por aqueles aqui considerados resultam de recursos de base social que possuem, mas também percebemos que os rendimentos e retribuições materiais ou simbólicas acessíveis dependem da posição social que seus líderes ocupam.

## Referências

BECKER, Howard S. Outsiders. **Estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Zahar. 232p, 2008.

BOURDIEU, Pierre. Le capital social. In: **Actes de la recherche en sciences sociales**. Vol. 31, janeiro de 1980.

\_\_\_\_\_. **O poder Simbólico** / Pierre Bourdieu; Tradução Fernando Tomaz (português de Portugal) – 11ª Ed. – Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2007.

\_\_\_\_\_. O campo político. In: **Revista brasileira de ciência política**, v. 3, nº5. Brasília, jan./jul., p. 193-216, 2011.

CÂNEDO, Letícia B. Herança na política ou como adquirir disposições e competências necessárias às funções de representação política (1945-1964). Publicado em **Pro-Posições**, v. 13, n. 2(39) set/dez 2002.

\_\_\_\_\_. Ritos, símbolos e alegorias no exercício profissional da política. In: **O Sufrágio Universal e a Invenção Democrática**. São Paulo, estação e Liberdade, p.477-506, 2005.

CÂNDIDO, A. The Brazilian Family. In: SMITH, T. L.; MERCHANT, A. (Ed.). **Brazil, portrait of a continent**. New York: The Dryden Press, p. 291-312, 1951.

COLUSSI, Eliane Lucia ; DIEHL, Astor Antonio. **Guardados da memória política: o caso dos Vargas**. Passo Fundo: Ediupf, 2008.

CORADINI, Odaci Luiz. Grandes famílias e elite 'profissional' na medicina no Brasil. In: **História, Ciência e Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, novembro, p. 425-466, 1996.

\_\_\_\_\_. **Em nome de quem? Recursos sociais no recrutamento de elites políticas**. Relume Dumará, Rio de Janeiro, 2001.

DUVERGER, Maurice. **Os partidos políticos**. Rio de Janeiro / Brasília, Zahar. ed. UnB, 1980.

FILLIEULE, Olivier. Propositions Pour une Analyse Processuelle de L'engagement Individuel. In: **Revue Française de Science Politique**, vol. 51, nº 1-2, fev-abr, p. 199-217, 2001.

GAXIE, Daniel. Économie des partis et rétributions du militantisme. In: **Revue française de science politique**, 27e année, n°1, pp. 123-154, 1977.

\_\_\_\_\_. **Les cens caché: inégalités culturelles et ségrégation politique**. Paris: Éditions du seuil, 1978.

LEWIN, Linda. **Política e parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar**. Rio de Janeiro: Record, 1993.

OLIVEIRA, Wilson José Ferreira de. Elites dirigentes, engajamento político e retribuições do militantismo ambientalista. **TOMO (UFS)**, Nº13, jul./dez., 2008.

PALMEIRA, M. **Política facção e Voto**. In: **Palmeira, M. e Goldman, M. (org.). Antropologia, voto e representação política**. Rio de Janeiro: Contra-Capa Livraria, 1996.

PETRARCA, F. **O Jornalismo como Profissão: recursos sociais, titulação acadêmica e inserção profissional dos jornalistas no Rio Grande do Sul**. 2007, 308f. Tese (Tese de Doutorado em Sociologia). Programa de Pós Graduação em Sociologia, UFRGS, Porto Alegre, 2007.

\_\_\_\_\_. Elites jornalísticas, recursos políticos e atuação profissional no Rio Grande do Sul. **TOMO (UFS)**, Nº13, jul./dez., 2008.

QUEIROZ, Maria Isaura P. de. Contribuição para o estudo da sociologia política no Brasil. In: \_\_\_\_\_. **O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios**. São Paulo: Alfa-Omega, p.17-43, 1976.

\_\_\_\_\_. Coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, B. et al. **História da Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p.172-214, 2006.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Partidos, Ideologia e Composição Social: Um Estudo das Bancadas Partidárias na Câmara dos Deputados**, Rio de Janeiro, 2009.

SAINTENY, Guillaume. Logiques d'engagement et logiques de rétribution au sein de l'écologisme français. **Cahiers Internationaux de Sociologie**. Volume CVI, Jan-Jun. Paris: Presses Universitaires de France, 1999.

SEIDL, Ernesto. Disposições a militar e lógica de investimentos militantes. In: **PRÓPOSIÇÕES — Revista da Faculdade de Educação da UNICAMP**. Dossiê — Educação e Política: novas configurações nas práticas de militância. Campinas, vol. 20, n° 2(59), 2009.

VIEIRA, Bergson Moraes. **Processo de recrutamento e seleção de candidatos a cargos legislativos no Partido Verde em Sergipe na eleição de 2010**. In: XV Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste e pré-alias Brasil. UFPI, Teresina-PI, 2012.

WEBER, Max. **A política como vocação**. In: **Ciência e Política: duas vocações**. Brasília: Editora UNB, 2003.

Recebido: 29/07/2018

Aceito: 14/01/2019

Publicado: 18/01/2019